

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2017, conforme esperado pela Administração, foi mais um ano com resultados difíceis. Ao longo do ano várias medidas foram implementadas, sendo que podemos destacar algumas, visando: **Aumento de Receita:** • Contratação em janeiro de 2017 do novo Diretor Comercial e de Marketing com a criação da área de Business Intelligence e importantes medidas para a implantação da nova estratégia comercial. • Iniciativas mais estruturadas na unidade de negócio Rental para aumentar a exposição ao mercado de não construção. • Realização da primeira Convenção de Vendas em julho, com todo o time comercial em um único evento, como resultado da integração da área. **Redução de Custos:** • Melhor alocação do capital investido, através da redução do nosso PPE e consequente racionalização de filiais na unidade de negócio Construção, principalmente focado no mercado de edificações leves. • Mudança da nossa filial em São Paulo, de Osasco para Cotia. **Adequação dos Covenants Financeiros:** • Renegociação dos covenants das debêntures em março de 2017, com a criação das contas vinculadas e alteração da remuneração das tranches. Na unidade de negócio Construção, os preços praticados ainda foram pressionados em 2017 devido à retração da economia dos últimos anos, à redução do investimento público em infraestrutura e à tímida retomada do mercado imobiliário. Com a nova política de preços mínimos implantada em dezembro de 2017 para novas propostas, a expectativa é que o preço médio dos novos contratos aumente em 2018. Com relação à unidade de negócio Rental, o PIB tem demonstrado sinais de melhora pelo consumo das famílias, que vem refletindo na demanda. Mais uma vez voltamos a nossa estratégia acertada de buscar o aumento da nossa exposição ao mercado não-construção, que representou 56,6% da receita da unidade esse ano, ante 35,4% em 2016. Este efeito tem impactado positivamente o aumento da demanda no segundo semestre desse ano, o que está nos possibilitando aumentar os preços dos modelos mais demandados. Com a nova estratégia comercial, viabilizada pela nova Diretoria Comercial e pela área de Inteligência de Mercado, implementamos diversas iniciativas, como a criação de reuniões de processos comerciais semanais para acompanhar a demanda de nossos produtos por região, criação e acompanhamento de leads de mercado e atualização semanal das tabelas de preços, que pode ser para cima ou para baixo. **Para o ano de 2018**, a Administração da Mills exercitou várias alternativas para buscar o equilíbrio do resultado do período. Nosso maior foco continuará na estratégia comercial, na redução da inadimplência e preservação de caixa. Para a unidade de negócio Construção, nossa estratégia será: (i) redução de custos, (ii) redimensionamento da unidade de negócio para atingir o *break-even* de caixa em 18 meses; e (iii) foco nos segmentos mais rentáveis, que demandam soluções de engenharia mais complexas, onde temos maior diferenciação.

4.2. Custos e Despesas. Os custos consolidados da Mills, excluindo depreciação, tiveram redução de 6,8% em relação ao ano anterior, como resultado das menores vendas, da queda do volume locado e pela estratégia de redimensionamento da unidade de negócio Construção. Neste ano passamos a classificar os gastos da área de projetos no CPV, antes registrados dentro da rubrica Comercial, Operacional e Administrativo do SG&A, esta alteração se deve pois acreditamos que a área está diretamente ligada ao faturamento de locação. Em 2017 os custos referentes a essa área somaram R\$7,4 milhões, ante R\$6,6 milhões em 2016. Como percentual da receita líquida total, os custos apresentaram um aumento, passando de 43,2% em 2016 para 54,9% em 2017. As despesas gerais e administrativas, excluindo PDD, apresentaram um aumento de 0,6%. Excluindo as despesas não recorrentes, de R\$16,9 milhões e R\$38,2 milhões respectivamente, a redução foi de 13,9%, reflexo das medidas de racionalização de custos e despesas adotadas pela Companhia. Em 2017, ocorreu o fechamento ou mudança de 8 endereços de Construção, sendo elas: Ananindeua, Fortaleza, Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Campinas e Curitiba além de realizar a mudança de Porto Alegre e Cotia. Em 2017 a PDD acumulada somou R\$ 10,6 milhões, equivalente a 3,6% da receita líquida, ante 5,3% em 2016.

	2016 (A)	2017 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
CPV total, ex-depreciação	171,4	159,8	-6,8%	(11,6)
Execução de obras, depósito e projetos ¹	124,6	118,2	-5,2%	(6,4)
Custo das vendas de equipamentos novos	5,7	4,2	-26,9%	(1,5)
Custo das vendas de equipamentos seminovos	29,7	28,9	-2,9%	(0,9)
Baixa de Ativos	11,3	8,6	-24,3%	(2,8)
SG&A, ex-PDD	163,1	164,1	0,6%	1,0
Comercial, Operacional e Administrativo	93,8	78,9	-15,9%	(14,9)
Serviços Gerais	38,7	37,6	-2,9%	(1,1)
Outras despesas	30,6	47,6	55,8%	17,0
PDD	21,2	10,6	-50,1%	(10,6)
CPV + SG&A Total	355,7	334,5	-6,0%	(21,2)

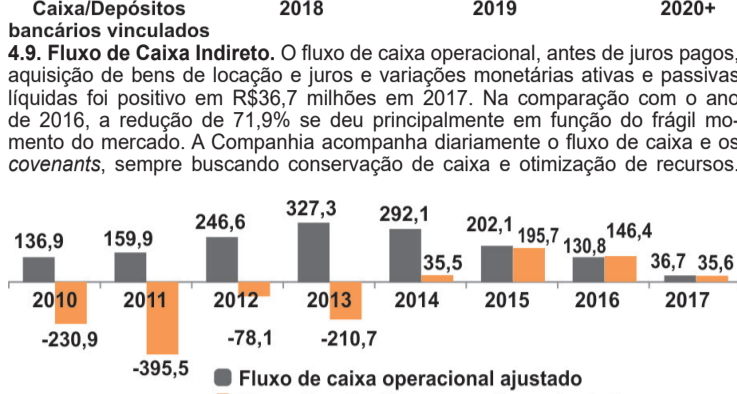
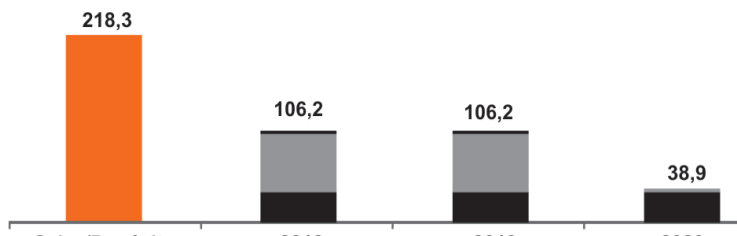
4.3. Itens não recorrentes. Durante o ano de 2017, registramos R\$38,2 milhões de despesas não recorrentes. Essas despesas englobam: i) principalmente as despesas de reestruturação, como reflexo da estratégia da Companhia de redimensionamento de filiais e de equipamentos voltados para edificações leves, ii) da mudança de nossa filial de Osasco (SP) para Cotia (SP) e iii) de passivos da unidade de negócio Serviços Industriais, vendida em 2013. Na unidade de negócio Construção, devido a duração dos contratos e a complexidade dos projetos, nos permitem atender remotamente aos clientes. Nesse ano de 2017, finalizamos o processo de desmobilização das filiais Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP), Fortaleza (Ceará), Belém (Pará), Curitiba (Paraná), Vitória (Espírito Santo) e Belo Horizonte (Minas Gerais) da unidade de negócio Construção. Foram realizadas as mudanças das filias Cachoeirinha (Rio Grande do Sul) e Osasco (São Paulo) da unidades de negócio Rental e Construção, e a mudança das filiais Belém (Pará), Curitiba (Paraná), Campinas (São Paulo) e Ribeirão Preto (São Paulo) da unidade de negócio Rental. Além das operações acima, entregamos um terreno que armazenava equipamentos da unidade de negócio Construção em São Luis. Cumprimos o cronograma inicial e desmobilizamos um total de 30 mil toneladas e sucateamos aproximadamente 11 mil toneladas de equipamentos, cumprindo assim o plano definido no início do projeto. Com isso encerramos o ano com 7 filiais em Construção e uma filial hibernada, e 29 filiais na unidade Rental e um ponto de apoio em Teresina (Piauí). Nesse trimestre fechamos a filial de Manaus na Rental. As despesas de reestruturação continuam sendo influenciadas pelas despesas de melhoria nas filiais que estão sendo entregues e fretes de transferência de equipamentos que estão sendo devolvidos referentes aos contratos antigos. Em 2017 a Companhia realizou todos os testes necessários porém, não foi necessário a constituição de impairment em nenhuma das unidades geradoras de caixa. Durante o exercício de 2017, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado para determinação do seu valor justo, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto interno bruto (PIB) mais Índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), considerando multiplicadores. Para os custos e as despesas, o indicador considerado foi o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa média de desconto de 14,4%, incluindo prêmio por tamanho de 1%, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC). Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade. Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2017 é de R\$55,2 milhões, (R\$75,1 milhões em 31 de dezembro de 2016). A variação do valor justo de R\$19,8 milhões foi registrada no resultado, com a reciclagem também no resultado do exercício do valor reconhecido em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2016, de R\$13,8 milhões, perfazendo uma variação global de R\$6,0 milhões. A variação líquida foi de R\$4,0 milhões considerando o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2017.

Evolução EBITDA - em R\$ milhões	2016	2017
EBITDA CVM	40,9	-43,2
Não recorrentes	-16,9	-38,2
Despesas reestruturação	-13,8	-32,7
Fechamento de filiais e mudanças organizacionais	-10,1	-13,1
Resultado venda de sucata	-3,7	-19,6
Outras despesas não recorrentes	-3,1	-5,6
Despesas Mills SI	-3,1	-5,6
EBITDA ex não recorrentes	57,8	-5,0

4.4. EBITDA e Margem EBITDA. O EBITDA CVM foi de R\$20,2 milhões negativos no 4T17 e R\$43,2 milhões negativos no ano de 2017. Desconsiderando os itens não recorrentes de R\$8,9 milhões no trimestre e R\$38,2 milhões no ano, e o resultado líquido de vendas de seminovos de R\$2,7 milhões no trimestre e R\$6,4 milhões no ano, o EBITDA ajustado seria de R\$14,0 milhões negativos no 4T17 e R\$11,4 milhões negativos no ano, respectivamente. Na página seguinte demonstramos a reconciliação do EBITDA com o fluxo de caixa operacional ajustado¹. Reconciliação do EBITDA com o Fluxo de Caixa Operacional R\$ milhões

Reconciliação do EBITDA com o Fluxo de Caixa Operacional R\$ milhões	2016	2017
Ebitda CVM	(43,2)	(0,6)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	2,0	(2,0)
Provisão para despesas com opções de ações	10,6	2,5
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável, para redução ao valor realizável líquido, estoques e mangueiras vendidos e baixados	29,3	1,4
Provisão para devedores duvidosos	40,5	40,5
Outros itens não caixa	18,5	7,5
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	14,5	14,5
Outros itens caixa	40,5	66,0
Juros Pagos		
Fluxo de Caixa Operacional conforme normas contábeis		
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas		
Aquisições de bens do ativo imobilizado locação		
Juros Pagos		
Fluxo de Caixa Operacional ajustado		

4.6. Resultado Financeiro. O resultado financeiro foi negativo em R\$13,6 milhões em 2017, contra valor negativo de R\$26,3 milhões em 2016, como consequência da redução no endividamento, apesar do aumento no custo médio da dívida no período, em função principalmente da negociação da remuneração das debêntures em abril de 2017. Nesse ano amortizamos R\$150,3 milhões de principal, sendo 98% referentes às debêntures. **4.7. Resultado Líquido.** Em 2017 o prejuízo líquido foi de R\$138,4 milhões frente R\$99,4 milhões registrados no mesmo período do ano de 2016. **4.8. Disponibilidade e Indicadores de endividamento.** Em função do descolamento entre o Fluxo de Caixa Operacional e o Ebitda, no dia 22 de março a Companhia realizou uma AGD em sua sede. Nesta assembleia foram definidas as seguintes alterações: i) Os Covenants anteriormente determinados na escritura original das Debêntures de Dívida Líquida/Ebitda LTM ajustado ≤ 3 e Ebitda LTM ajustado /Resultado Financeiro ≥ 2 passaram a ser Dívida Líquida/Fluxo de Caixa Operacional ajustado ≤ 3 e Fluxo de Caixa Operacional ajustado/Resultado Financeiro ≥ 2; ii) Criação de contas vinculadas com 50% do saldo da dívida com regra de liberação da conta caso ocorra o atingimento por dois trimestres consecutivos dos covenants originais; iii) A taxa da 2ª emissão de debêntures, 1ª série que era de CDI+0,88% passou para CDI+1,2%. Esta série será encerrada no mês de agosto de 2017. A taxa da 2ª emissão de debêntures, 2ª série que antes era IPCA+5,5% agora é IPCA+7,0% e a taxa da 3ª emissão de debêntures que era de 108,8% do CDI passou para 116% do CDI; e iv) Restrições quanto à distribuição de dividendos, que poderá ser distribuído apenas o mínimo obrigatório que é de 25% do lucro líquido da Companhia e concessão de mútuos pela Companhia a partes relacionadas. A dívida bruta da Mills encerrou o ano de 2017 em R\$ 299,4 milhões. A Companhia permanece geradora de caixa (antes do pagamento de juros e principal), encerrando o ano com R\$67,8 milhões no caixa e nas aplicações financeiras e R\$150,5 milhões em depósitos bancários vinculados. Desta forma, a relação Dívida Líquida/FCO ajustado, foi de 2,2x no término de Dezembro de 2017. Já a relação FCO ajustado/Resultado Financeiro está igual a 2,7x. A Companhia não possui dívida em moeda estrangeira e o prazo médio para o pagamento é de 2,1 anos. A dívida de curto prazo ao final do trimestre correspondia a 58,2% do total. O custo médio total da dívida da Companhia foi de CDI+2,1%. O gráfico abaixo apresenta o cronograma de amortização do principal por dívida.

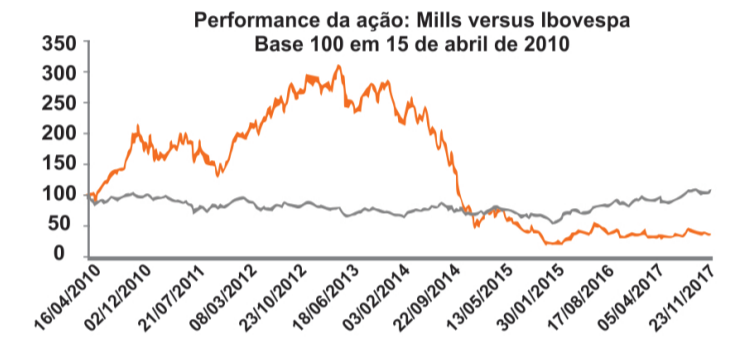


4.9. Fluxo de Caixa Indireto. O fluxo de caixa operacional, antes de juros pagos, aquisição de bens de locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas foi positivo em R\$36,7 milhões em 2017. Na comparação com o ano de 2016, a redução de 71,9% se deu principalmente em função do frágil momento do mercado. A Companhia acompanha diariamente o fluxo de caixa e os covenants, sempre buscando conservação de caixa e otimização de recursos.

4.10. Investimentos. No ano de 2017, como reflexo de um mercado mais retraído, o investimento foi direcionado para i) a adequação do mix da frota da unidade de negócio Rental para melhor atender o mercado de não construção; ii) acessórios para compor o mix de equipamentos de locação voltados para o mercado de Construção e iii) benfeitorias nas filiais e adequação da nova filial em Cotia, São Paulo. A Companhia investiu R\$29,5 milhões, sendo R\$17,5 milhões para ativos de locação, com impacto caixa de R\$14,5 milhões) e R\$12,0 milhões destinados para bens de uso operacional e de apoio, aonde podemos destacar os investimentos feitos na nova filial de Cotia. Para o ano de 2018, visto a alta taxa de ociosidade dos equipamentos da unidade de Construção e pela idade média de nossos equipamentos relativamente baixa em ambas as unidades de negócio, o investimento total será baixo, em um patamar inferior ao realizado no ano de 2017.

5. MERCADO DE CAPITALIS

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social votante e total da Mills era constituído de 175.586.442 ações ordinárias, sendo que os acionistas controladores detinham, em conjunto, 34,5% do capital social votante e total. Nesse mesmo período a Companhia mantinha 2.278.422 ações em tesouraria. O free float era igual a 63,8%. O preço de fechamento da ação da Mills (MILS3) na BM&FBOVESPA, no ano de 2017, foi igual a R\$4,12, com aumento de 5,4% em relação ao preço de fechamento do ano de 2016, enquanto o índice IBOVESPA teve uma variação positiva de 26,9% no mesmo período. No final de 2017, o valor de mercado (*market cap*) da Mills era igual a R\$ 723,4 milhões. Desde sua abertura do capital, em 15 de abril de 2010, até o final de 2017, a MILS3 obteve desvalorização de 64,2%, versus queda de 8,3% do Índice IBOVESPA. O volume financeiro médio diário das ações da Mills negociadas em 2017 na BM&FBOVESPA foi de R\$ 3,1 milhões, 16,4% inferior ao reportado no ano anterior. Em função dos resultados apurados no exercício de 2017, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.



6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

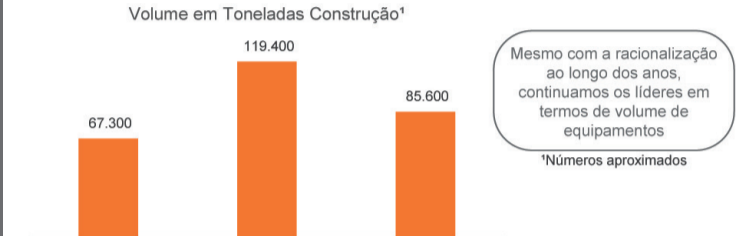
A Companhia busca implementar as mais elevadas práticas de governança corporativa para agregar valor aos acionistas e ao mercado em geral. Desde a abertura de capital, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, nível mais elevado de Governança da B3. O Conselho de Administração é atualmente composto por seis membros, sendo três membros independentes, com mandato de 2 anos. No mês de junho de 2017, a Companhia elegeu o novo membro do Conselho de Administração Fabio Bruggioni, com experiência em tecnologia e processos de inovação. Sua posse foi no dia 4 de agosto. A eleição foi decorrente da renúncia do conselheiro Jorge Camargo. O Conselho é formado por profissionais com experiências e competências para fortalecer o processo de tomada de decisão da Companhia. Em novembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou a manutenção dos trabalhos dos comitês de assessoramento denominados Comitê de Finanças e Riscos e Comitê de Gente e Gestão, bem como a consequente extensão do mandato de seus respectivos membros, até a Assembleia Geral Ordinária de 2018. Os comitês foram criados em novembro de 2016 com a finalidade de tornar a atuação do Conselho de Administração mais eficiente, potencializando as discussões pertinentes com recomendações fundamentadas, auxiliando no desempenho de suas funções legais e estatutárias. Os dois comitês têm caráter não-permanente, podendo ser livremente criados ou extintos pelo Conselho de Administração. A Diretoria é composta por cinco membros, sendo que quatro diretores são estatutários. O Conselho Fiscal foi instalado em 2011, tornando-se um órgão permanente em 2012, e composto por três membros efetivos, sendo um indicado pelos acionistas minoritários. Na busca constante do aprimoramento de iniciativas que visam assegurar o alinhamento e a uniformidade dos padrões éticos e morais que a Companhia acredita serem importantes para suas atividades, o Código de Conduta, aprovado em 2015, que deve guiar as atitudes e comportamentos de todos os colaboradores, está em processo de revisão. Com o objetivo de fortalecer a ética e combater as fraudes nas nossas atividades, temos o programa Fale Abertamente, que consiste em um canal de denúncias administrado por uma empresa especializada e pode ser utilizado por todos os colaboradores para denunciar situações antiéticas e/ou ilegais de maneira confidencial e anônima. Todos os relatos são apurados e direcionados de acordo com as políticas internas e a legislação vigente. Também temos disponível um canal de comunicação para o público externo esclarecer dúvidas, críticas, sugestões e denúncias.

7. GESTÃO DE PESSOAS

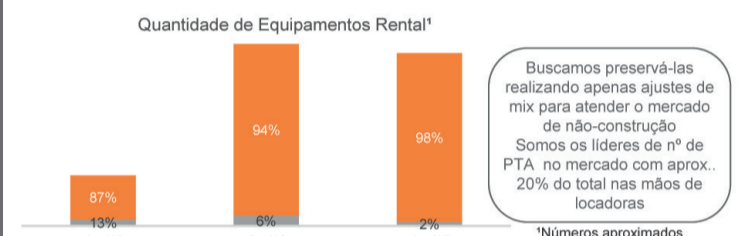
As práticas de Recursos Humanos da Companhia são baseadas na meritocracia e reconhecimento de sua equipe. Em 2017 a Companhia investiu R\$ 601 mil em treinamentos, totalizando 9.622 horas. Como reflexo das mudanças na estrutura organizacional da Companhia e fechamento de filiais, reduzimos o nosso número de colaboradores ativos de 1.295 no final de 2016 para 1.260 no final de 2017. A taxa de rotatividade foi de 1,17 % em 2017, versus 6,56 % em 2016. O Programa de Participação nos Resultados, assegurado à todos os colaboradores da Companhia, foi baseado em dois indicadores financeiros, EBITDA e Fluxo de Caixa mais metas específicas de cada área. Caso seja atingido pelo menos um dos indicadores, será distribuído 2,18% do valor obtido, cujo quinhão será definido de forma crescente de acordo com seu nível hierárquico e segundo o atingimento das metas definidas para sua respectiva unidade de negócio/área, i.e., na proporção de 70% sobre o resultado dos indicadores financeiros e 30% sendo influenciado pelo atingimento das metas definidas. Em 2018 não haverá distribuição de qualquer quantia referente ao resultado de 2017. Adicionalmente foi aprovado em 2016 um novo plano de opção de compra de ações discriminário destinado aos administradores e pessoas chave da Companhia, com o objetivo de incentivar nossos colaboradores a conduzir com êxito os negócios da Companhia e estimular a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos administradores com os dos acionistas. O preço de exercício das opções é de R\$2,63 corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, podendo haver o exercício a partir de 2019 de 25% a cada 12 meses. Com o objetivo de atrair, desenvolver e reter talentos que queiram crescer e adquirir expertise para contribuir com o crescimento da empresa nos próximos anos temos o programa de estágio da Mills. No final de 2017, 51 estagiários participavam do programa, dos quais 84% são estudantes de engenharia e de cursos técnicos. Efetivamos 25 estagiários em 2016 e 25 em 2017.

8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme Instrução CVM 381/2003, os serviços contratados junto a empresas do grupo KPMG, que são nossos auditores independentes, referente ao exercício social de 2017, que não os de auditoria das demonstrações financeiras usualmente prestados por ela, apresentaram desembolsos com honorários no montante de R\$ 104 mil, equivalente a 23,3% dos gastos com auditoria das demonstrações financeiras no mesmo período. A contratação de auditores externos requer uma aprovação prévia do nosso Conselho de Administração e segue as regras de restrições estabelecidas pela legislação e de forma que não coloque em risco a independência e a objetividade dos nossos auditores. Entendemos não haver conflitos de interesse entre os serviços prestados por empresas ligadas aos nossos auditores independentes em razão da natureza de tais serviços. Segundo a KPMG Auditores Independentes, os trabalhos realizados não afetaram sua independência.



Já para a unidade de negócio Rental, nossa estratégia será: (i) na sustentação da estratégia de penetração no setor de não-construção com aumento de cobertura de mercado, (ii) recuperação contínua de preço e disponibilidade de máquinas que estão em manutenção, (iii) saída do mercado de manipuladores em função de baixa rentabilidade e frustração da estratégia de entrar na obra primeiro com este tipo de equipamento, através da venda do número remanescente de manipuladores (137 equipamentos com valor de livro aproximado de R\$7,7 milhões).



Para concluir, esperamos em 2018 sustentar a iniciativa de recuperação de preço e margem EBITDA na unidade da Rental e alcançar o break even de caixa da unidade de negócio Construção nos próximos 18 meses. Agradecemos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento, ao apoio dos nossos clientes, fornecedores, acionistas, conselheiros e demais públicos e parceiros.

2. PERFIL

Temos mais de 65 anos de história no Brasil e somos atualmente a maior empresa de soluções de engenharia de infraestrutura do Brasil e a maior empresa de locação de plataformas áreas da América Latina. Em 2017, fomos reconhecidos internacionalmente pelo nosso compromisso em oferecer a melhor qualidade em treinamentos para operadores de plataformas aéreas no Brasil. Estamos presentes em todo o território nacional, proporcionando uma relação mais próxima do cliente e rapidez no atendimento para prover a solução mais adequada para cada tipo de desafio. A qualidade diferenciada da formação do nosso time, aliado à experiência diversificada e parcerias internacionais com empresas líderes de mercado, nos permite entregar soluções customizadas e com a mais avançada tecnologia adaptada a cada necessidade.

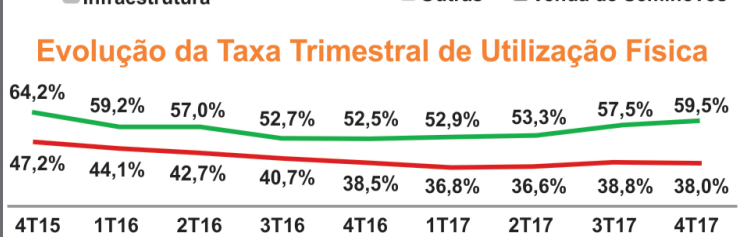
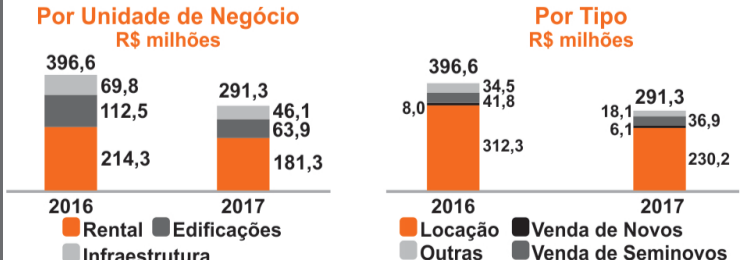
3. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A Companhia conquistou em 2017 reconhecimentos e premiações que atestam o seu bom desempenho em suas áreas de atuação. A Companhia recebeu em 2017 os Prêmios PINI Melhores da Construção em duas categorias: Lançamentos de Destaque (Nome do Projeto ou Produto: Balanço Sucessivo Hidráulico) e Case de Sucesso (Nome do Projeto ou Produto: Lançamento de vigas com Treliça Lançadeira escorada com torres Alumills). O Prêmio PINI visa identificar e premiar obras, produtos, serviços e ações de referência para melhoria e desenvolvimento do setor da construção, com foco em boas práticas, inovação e qualidade. Internacionalmente, a Companhia teve seu técnico reconhecido como o melhor instrutor de plataformas aéreas do mundo pelo IAPA Awards – a maior premiação do setor, organizado pelo IPAF (International Powered Access Federation). O case apresentado pela Mills e que ficou entre os melhores projetos do ano mostra a utilização de plataformas aéreas de forma inovadora em ambientes não convencionais - onde não se imaginaria o uso de equipamentos mecanizados, resultando em ganhos com produtividade e redução de custos.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

R\$ milhões	2016 (A)	2017 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita líquida de vendas e serviços	396,6	291,3	-26,6%	(105,4)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(313,6)	(290,0)	-7,5%	23,7
Lucro bruto	83,0	1,3	-98,4%	(81,7)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(193,5)	(168,6)	-12,9%	24,9
Outras receitas (despesas) operacionais	(3,7)	(19,6)	430,8%	(15,9)
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável	(3,9)	(2,0)		
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(118,1)	(189,0)	60,0%	(70,8)
Resultado financeiro	(26,3)	(13,6)	-48,4%	12,7
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(144,4)	(202,5)	40,2%	(58,1)
Imposto de renda e contribuição social	45,0	64,1	42,6%	19,2
Lucro (prejuízo) líquido do período	(99,4)	(138,4)	39,2%	(39,0)
EBITDA CVM	40,9	(43,2)	-205,7%	(84,1)
Margem EBITDA CVM(%)	10,3%	-14,8%	-243,9%	
EBITDA ex-não recorrentes	57,8	(5,0)	-108,6%	(62,8)
Margem EBITDA ex-não recorrentes(%)	14,6%	-1,7%	-111,8%	
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado¹	130,8	36,7	-72,0%	(94,2)
Fluxo de Caixa Livre para a Firma Ajustado²	146,4	35,6	-75,7%	(110,8)
Saldo final de Caixa	330,7	67,8	-79,5%	(262,9)
Capex Bruto (regime de competência)	5,5	29,5	433,1%	23,9

4.1. Receita Líquida. A receita líquida da Mills atingiu R\$ 291,3 milhões em 2017, redução de 26,6% em relação ao valor registrado no ano anterior. O maior impacto foi a queda na receita de locação, responsável por 78% da queda, tendo como principais ofensores o preço praticado e o menor volume locado em ambas as unidades de negócio.





BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	67.826	330.682	Fornecedores	17	16.898	13.058
Depósitos bancários vinculados	7	63.291	-	Salários e encargos sociais	18	14.185	17.670
Contas a receber	8	56.757	65.834	Empréstimos e financiamentos	18	3.182	3.173
Estoques	9	16.089	13.905	Debêntures	19	122.094	156.562
				Programa de recuperação fiscal (REFIS)	24	1.345	1.271
Estoques - outros ativos mantidos para venda	10	4.246	-	Tributos a pagar	25	5.451	1.748
IRPJ e CSLL a compensar	11	6.531	12.376	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	3	3
Tributos a recuperar	11	6.983	16.630	Instrumentos financeiros derivativos	18	18	-
Adiantamento a fornecedores		176	2.192	Provisão para benefícios pós-emprego	21	963	-
Outras contas a receber - venda da investida	12	-	22.558	Outros passivos		1.300	270
Outros ativos		3.376	8.081			165.439	193.755
Ativos mantidos para venda	13	7.151	-	Não circulante			
		232.426	472.258	Empréstimos e financiamentos	18	5.688	8.792
Não circulante				Debêntures	19	168.411	281.561
Depósitos bancários vinculados	7	87.228	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	21.364	20.125
IRPJ e CSLL diferidos	22	159.973	87.984	Programa de recuperação fiscal (REFIS)	24	7.492	8.350
Depósitos judiciais	23	10.968	10.820	Provisão para benefícios pós-emprego	21	7.939	-
Outros ativos		82	-	Outros passivos		663	215
		258.251	98.804			211.557	319.043
Investimentos				Total do passivo		376.996	512.798
Ativo financeiro disponível para venda	14	55.234	75.052	Patrimônio líquido			
Imobilizado	15	639.689	821.192	Capital social subscrito	26	688.319	688.319
Intangível	16	37.976	43.441	Reservas de capital	26	32.964	30.935
		732.899	939.685	Reservas de lucros	26	151.459	289.840
Total do ativo		1.223.576	1.510.747	Ações em tesouraria	26	(20.287)	(20.287)
				Ajuste de avaliação patrimonial	26	(5.875)	9.142
				Total do patrimônio líquido		846.580	997.949
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.223.576	1.510.747

As notas explicativas da Administração são parte integrante demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Reten-ção de lucros	Ações em tesou-ria	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumula-dos	Total
	Capital social subscrito	Prêmio de opções de ações	Custo com emissão de ações	Legal					
Em 1º de janeiro de 2016	563.319	45.020	(15.069)	32.611	63.649	292.988	(20.287)	-	962.231
Integralização de Capital - emissão de ações	125.000	-	-	-	-	-	-	-	125.000
Prêmio de opções de ações	-	4.363	-	-	-	-	-	-	4.363
Custo com emissão de ações	-	-	(3.379)	-	-	-	-	-	(3.379)
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	-	9.142	-	9.142
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(99.408)	(99.408)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	(99.408)	-	-	99.408	-
Em 31 de dezembro de 2016	688.319	49.383	(18.448)	32.611	63.649	193.580	(20.287)	-	997.949
Em 1º de janeiro de 2017	688.319	49.383	(18.448)	32.611	63.649	193.580	(20.287)	-	997.949
Prêmio de opções de ações	-	2.029	-	-	-	-	-	-	2.029
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	-	(9.142)	-	(9.142)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(5.875)	-	(5.875)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(138.381)	(138.381)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(63.649)	(74.732)	-	-	138.381	-
Em 31 de dezembro de 2017	688.319	51.412	(18.448)	32.611	-	118.848	(20.287)	(5.875)	846.580

As notas explicativas da Administração são parte integrante demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais: (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concreto reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem. (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos. (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades. O estatuto da Companhia também prevê: (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais. (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldearia e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades. As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão, já refletido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. As descritivas de cada Unidade de Negócio estão mencionadas na nota explicativa 34.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação. (i) Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2018. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo disponível para venda (Notas Explicativas nºs 4, 14 e 35).

(ii) Moeda funcional e moeda de apresentação. Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **(iii) Resultado por segmento de negócio.** O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração. **(iv) Demonstrações de valor adicionado (DVA).** Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.2. Principais políticas contábeis. (i) Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **(ii) Depósitos bancários vinculados.** Depósitos bancários vinculados são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de liquidação ou reposição de garantias de determinado empréstimo ou financiamento de curto e longo prazo. Esses depósitos são bloqueados ou com restrição de movimentação por força de cláusula contratual. **(iii) Instrumentos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **(iii.1). Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.** São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo. **b. Empréstimos e recebíveis.** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber, depósitos judiciais e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **c. Ativos financeiros disponíveis para venda.** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e as perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. A Companhia classifica o investimento no Rohr dentro dessa categoria de ativo disponível para venda. **d. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo

por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável. Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou • Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou • Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis. Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são debitadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. **(iii.2) Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são classificados como "Outros passivos financeiros". **a. Outros passivos financeiros.** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **(iv) Contas a receber de clientes.** As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem em serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para devedores duvidosos). A provisão para devedores duvidosos é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber. Provisões para devedores duvidosos (PDD) devem ser constituídas: • Para quaisquer créditos a receber da Companhia que forem encaminhados para cobrança jurídica. Para esse tipo de crédito a provisão para devedores duvidosos será de 100%. • As contas a receber vendidas da Companhia, que não possuem garantias reais e líquidas, são provisionadas de acordo com o seguinte critério: clientes não preferenciais, 50% quando vendidas entre 61 e 120 dias e 100% quando vendidas há mais de 120 dias; e para clientes com menor risco de crédito, 100% mais de 180 dias. A base para início da contagem de tempo para constituição da provisão será o vencimento prorrogado do título. A celebração de confissão de dívida, com garantias reais e líquidas (preferencialmente fiança bancária ou seguro garantia) não ensejará a contabilização de PDD. A celebração de confissão de dívida, sem garantias reais e líquidas ensejará a contabilização de PDD normalmente de acordo com o critério acima (somente para valores vencidos, sem incluir os a vencer). A PDD eventualmente constituída será totalmente estornada, com a confirmação do pagamento pontual da 2ª parcela da confissão de dívida. Caso o cliente fique novamente inadimplente, toda a dívida será contabilizada em PDD. No caso de renegociação da confissão de dívida, a PDD se constituirá de acordo com a regra descrita, salvo se for substituída por outra com garantia real e líquida (hipoteca ou fiança bancária). **(v) Estoques.** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano. **(v.1) Estoques - Outros ativos mantidos para venda.** São representados pelos bens anteriormente componentes do ativo imobilizado da Companhia, e atualmente separados dos ativos de locação em função do objetivo de venda destes. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos do CPC 16 (R1). **(vi) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **(vii) Ativos mantidos para venda.** Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despe-

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receita líquida de vendas e serviços	29	291.265	396.617
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	30	(289.958)	(313.623)
Lucro bruto		1.307	82.994
Despesas com vendas, gerais e administrativas	30	(168.589)	(193.478)
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável e valor justo	31	(2.040)	(3.926)
Outras receitas (despesas) operacionais	32	(19.638)	(3.712)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(188.960)	(118.122)
Receitas financeiras	33	31.848	55.540
Despesas financeiras	33	(45.404)	(81.810)
Prejuízo antes dos impostos		(202.516)	(144.392)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22	64.135	44.984
Resultado de operações continuadas		(138.381)	(99.408)
Prejuízo do exercício		(138.381)	(99.408)
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	28	(0,86)	(0,62)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Prejuízo do exercício		(138.381)	(99.408)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Ajuste de valor justo Investimento Rohr, líquido de impostos	14	(9.142)	9.142
Provisão para benefícios pós-emprego, líquido de impostos	21	(5.875)	-
Total do resultado abrangente do exercício		(153.398)	(90.266)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	370.621	505.506
Cancelamentos e descontos	(52.205)	(72.783)
Outras receitas	6.628	233
(Constituição)/reversão para créditos de liquidação duvidosa	(10.598)	(21.217)
	314.446	411.739

Insumos adquiridos de terceiros:
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos (2.244) (5.691)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (137.158) (125.192)
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável (2.040) (3.926)
Baixa de ativos (42.959) (42.499)
Valor adicionado bruto 130.405 234.431
Depreciação, amortização e exaustão (145.720) (159.025)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (15.675) 75.406
Valor adicionado recebido em transferência:
Receitas financeiras 31.848 55.540
Valor adicionado total a distribuir 16.173 130.946
Distribuição do valor adicionado:

	103.146	112.142
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	78.800	86.014
Benefícios	18.528	19.746
FGTS	5.818	6.382
Impostos, taxas e contribuições	(14.603)	18.323
Federais	(18.176)	15.580
Estaduais	899	885
Municipais	2.674	1.858
Remuneração sobre o capital de terceiros	66.011	99.889
Juros e variações cambiais	43.911	78.783
Aluguéis	22.100	21.106
Remuneração de capitais próprios	(138.381)	(99.408)
Prejuízo do exercício	(138.381)	(99.408)
Valor adicionado distribuído	16.173	130.946

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
--	------------	------------

Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(138.381)	(99.408)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	145.720	159.025
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(64.135)	(44.984)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(637)	691
Provisão para despesa com opções de ações	2.029	4.363
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	64.004	45.955



softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (nota explicativa 16). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(xi) Agio.** O agio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. O agio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o agio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **(xii) Redução ao valor recuperável de ativos.** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considera suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corrativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de agio reconhecível na unidade geradora de caixa "Construção". Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **(xiii) Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **(xiv) Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 23). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa anual do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado. **(xv) Participação nos lucros.** O reconhecimento dessa participação, quando há, é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte (nota explicativa 21). **Planos de opção de compra de ações.** A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas. **(xvi) Benefícios pós-emprego.** Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuárias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam (vide nota explicativa nº 21.b). Os ganhos e perdas atuárias são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e apresentados no patrimônio líquido. **(xvii) Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. **(xviii) Conversão em moeda estrangeira.** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas. **(xix) Capital social.** O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **(xx) Recuperação de ações (ações em tesouraria).** As ações recuperadas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou da reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são reconhecidos como reserva de capital. **(xxi) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **(xxii) Reconhecimento de receita.** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita de locação é reconhecida *pro rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato. A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações e outras receitas (recuperações de despesa). A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia. A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade). Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas. **(xxiii) Resultado por ação.** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33. **2.3. Base de elaboração.** As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas demonstrações financeiras tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, divulgadas nas notas explicativas 2 e 3. Tais demonstrações financeiras foram arquivadas na CVM no dia 14 de março de 2017 e publicadas no dia 21 de março de 2017 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. **2.4. Novas normas e interpretações.** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou essas normas de forma antecipada. **CPC 48/IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros).** A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e o desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia definiu metodologia para acompanhar o histórico de movimentação dos diversos agings do contas a receber (ajuste de adoção inicial no montante de R\$ 5.856), caixa e equivalentes de caixa (ajuste de adoção inicial no montante de R\$ 22), e depósitos bancários vinculados (ajuste de adoção inicial no montante de R\$ 87) que serão os indutores do cálculo do *impairment* desses ativos financeiros, cujo reflexo será reconhecido no balanço de abertura de 2018, para fins de atendimento à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Esses reflexos preliminares que serão registrados no balanço de abertura de 2018, estão demonstrados no quadro abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Ajustes preliminares na adoção de 2017 CPC 48/IFRS 9	Saldo ajustado em 1 de janeiro de 2018
Caixa e equivalentes de caixa	67.826	(22)	67.804
Depósitos bancários vinculados	150.519	(87)	150.432
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	(133.801)	5.856	(127.945)
IRPJ e CSLL diferidos	159.973	(1.954)	158.019
Ajuste de avaliação patrimonial	5.875	(3.793)	2.082

De acordo com o modelo de gerenciamento da Companhia, em sua avaliação preliminar, entende que a classificação e mensuração dos ativos financeiros a ser adotada para a maioria das aplicações financeiras será feita a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e os depósitos bancários vinculados às debêntures serão classificados como custo amortizado. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados, têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes. **CPC 47/IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes).** A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia contratou consultoria especializada para o diagnóstico das necessidades para adequação às normas do IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes. O diagnóstico foi concluído e o resultado das análises foi considerado de baixo impacto para a Companhia. **IFRS 16 - Leases (Arrendamentos).** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma vai substituir as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia iniciará os estudos relativos à implantação do IFRS 16, a partir do quarto trimestre de 2017. Espera concluí-lo até o segundo trimestre de 2018, de modo a estar totalmente preparada para a implantação definitiva da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil correspondentes ao IFRS 16. Portanto, a adoção antecipada dessa IFRS não é permitida para entidades que divulguem as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outras alterações.** Não se espera que as normas alteradas a seguir tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) pagamento baseado em ações em relação à classificação e à mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. • Alterações ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 - Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir: **3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido a valor justo.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide notas explicativas 14 e 16. **3.2. Transações com pagamentos baseados em ações.** A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e os modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 21. **3.3. Impostos.** Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e na despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditores fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras. **3.4. Valor justo de instrumentos financeiros.** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros, tais como *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de *hedge*, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **3.5. Provisões para devedores duvidosos.** A Companhia reconhece provisão para devedores duvidosos para todos os seus contas a receber que atendam aos critérios detalhados na nota explicativa 2.2 (iii). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto à capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia. **3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adi-

	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017							
Empréstimos e financiamentos	-	317	624	2.751	3.469	2.669	9.830
Debêntures	-	-	-	137.443	131.553	60.608	329.604
Fornecedores	1.695	11.611	2.524	1.068	-	-	16.898
Em 31 de dezembro de 2016							
Empréstimos e financiamentos	-	337	653	2.896	3.669	5.484	13.655
Debêntures	-	-	5.815	183.533	142.405	195.627	527.380
Fornecedores	1.276	10.919	532	331	-	-	13.058

4.5. Qualidade de crédito dos ativos financeiros.
(i) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados
Conta corrente **31/12/2017** **31/12/2016**
Banco (i) 45 41
Depósitos bancários vinculados (i) 3 -
Aplicações 781 -
Banco (i) 67.781 330.641
Depósitos bancários vinculados (i) 150.516 -
Total de caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados 218.345 330.682
(i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

5. Gestão de capital
O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010. Visando à manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão. Além disso, a Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais)
2017 **2016**
Dívida bancária total **299.856** **450.938**
Financiamentos **8.870** **11.965**
Debêntures bruta (vide nota explicativa 19) **290.986** **438.973**
Caixa equivalente de caixa **67.826** **330.682**
Depósitos bancários vinculados **150.519** **-**
Endividamento líquido **81.511** **120.256**
Patrimônio líquido **865.535** **997.949**
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido **0,09** **0,12**

cionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7. Vida útil dos bens do imobilizado.** Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no fim de cada período de relatório. Durante o exercício, a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos adotado em anos anteriores representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2017. **3.8. Reconhecimento de receita.** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Diretoria Financeira estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(i) Análise de sensibilidade de.** Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Efeito no resultado	
			Provável	25% 50%
Aplicações financeiras	CDI	67.781	4.484	3.381 2.254
Depósitos bancários vinculados	CDI	150.519	10.407	7.847 5.231
	Total	218.300	14.891	11.228 7.485
			Variação 25,00% 50,00%	

Divida	Indicador	Contábil	Efeito no resultado	
			Provável	25% 50%
BNDES	TJLP	(8.870)	(697)	(853) (1.009)
2ª emissão de debêntures				
1ª Série	CDI	-	(17.218)	(18.779) (20.339)
2ª Série	IPCA	(156.811)	(10.506)	(13.132) (15.759)
3ª emissão de debêntures	CDI	(134.175)	(28.421)	(32.764) (37.107)
	Total	(299.856)	(28.421)	(32.764) (37.107)
			Variação 15% 31%	

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referências	31/12/2017		
	Provável I	Cenário II	Cenário III
		25%	50%
Taxas			
CDI (%) (i)	6,75%	8,44%	10,13%
TJLP (%) (ii)	7,00%	8,75%	10,50%
IPCA (%) (iii)	3,72%	4,65%	5,58%

(i) Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premisa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 6,75%, informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 12 de janeiro de 2018, considerando um aumento na taxa CDI em linha com aumento esperado da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premisa para os outros dois cenários, de acordo com o cenário de deterioração. (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a Administração da Companhia considerou como premisa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premisa para os outros dois cenários. (iii) Para os passivos financeiros relacionados com as debêntures de segunda série, a Administração da Companhia considerou como premisa provável (cenário I) a expectativa do IPCA para 2018 descrita no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 12 de janeiro de 2018, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premisa para os outros dois cenários. **4.2. Risco de mercado. (i) Risco cambial.** A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta exposição cambial ou instrumentos derivativos em aberto, referentes as NDFs sobre exportação de equipamentos conforme descritos nas notas explicativas 10 e 35.3. **(ii) Risco de taxa de juros e atualização monetária.** O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e *hedge*. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota explicativa 4.1 (i). **4.3. Risco de crédito.** O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras. **(i) Contas a receber.** A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, cujo prazo médio de recebimento em 2017 foi de 66 dias. Dessa forma, está sujeita ao risco de inadimplência em relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos. A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela Gerência Administrativa da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e, para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA); (iv) controlador majoritário; e (v) pendências e protestos no Serasa. **(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro.** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. A Companhia tem como prática utilizar somente instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os 10 bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. **4.4. Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito em que as principais instituições financeiras que atuam no Brasil. A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

	2017	2016
Linhas de créditos disponíveis	2017	2016
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:	-	-
Não utilizadas	56.130	113.035
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:	-	-
Utilizadas	8.870	11.965
Não utilizadas	6.350	5.000

6. Caixa e equivalentes de caixa
31/12/2017 **31/12/2016**
Caixa e bancos 45 41
Aplicações financeiras 67.781 330.641
Total 67.826 330.682
Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) remuneradas a taxa média de 100,13% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (101,3%, em 31 de dezembro de 2016).

7. Depósitos bancários vinculados
Em 19 de maio de 2017, conforme deliberado nas Atas de Assembleia Gerais de Debenturistas de 22 de março de 2017, em função da repactuação dos termos das escrituras das debêntures, relativos aos covenants, foi constituída a garantia real de cessão fiduciária por meio da abertura de contas vinculadas, de titularidade da Companhia em favor dos debenturistas, em valor equivalente a 50% do saldo devedor, medido mensalmente conforme mencionado na nota explicativa 19. A segregação entre circulante e não circulante foi feita utilizando-se a mesma segregação existente do passivo das debêntures.

31/12/2017 31/12/2016

Circulante	63.291	-
Não circulante	87.228	-
Total	150.519	-

8. Contas a receber

Unidade de negócio	31/12/2017		31/12/2016	
	Contas a receber bruto	PDD líquido	Contas a receber bruto	PDD líquido
Construção	105.241 (77.632)	27.609	117.496 (79.385)	38.111
Rental	83.925 (54.777)	29.148	83.640 (55.917)	27.723
Serviços industriais (*)	1.392 (1.392)	-	3.192 (3.192)	-
Totais	190.558 (133.801)	56.757	204.328 (138.494)	65.834
Circulante	190.558 (133.801)	56.757	204.328 (138.494)	65.834

(*) Valor remanescente a receber de clientes das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013. A provisão para devedores duvidosos (PDD) do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes. As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(138.494)	(128.156)
Impacto líquido de PDD no resultado (i)	(10.598)	(21.217)
Baixas	15.291	10.879
Saldo final do exercício	(133.801)	(138.494)

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a constituição de provisão para devedores duvidosos foi de R\$ 60.831 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 79.150) e a reversão de provisão para devedores duvidosos foi de R\$ 50.233 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 57.933), gerando um resultado líquido negativo de R\$ 10.598 (em 31 de dezembro de 2016 resultado líquido negativo de R\$ 21.217). Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes, não existindo, portanto, nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais do contas a receber. A análise de vencimentos do contas a receber está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	45.114	41.693
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	17.194	6.554
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	12.504	16.880
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	4.226	11.739
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	2.912	11.591
Vencidos acima de 180 dias (*)	108.608	115.871
Total	190.558	204.328

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

9. Estoques

	31/12/2017	31/12/2016
Matérias primas	37	861
Mercadorias para revenda	2.787	3.761
Peças de reposição e suprimentos	14.801	12.732
Provisão para estoque de giro lento (*)	(1.536)	(3.449)
Total	16.089	13.905

15. Imobilizado

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do imobilizado bruto		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.499.502	1.431
Aquisição	2.165	115
Baixa/alienação	(102.140)	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(276)	-
Transf p/ estoques mantidos para venda	25.609	-
Transferência	1.479	(1.405)
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.426.339	141
Aquisição	14.422	3.889
Baixa/alienação	(171.137)	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(1.596)	-
Transferência	3.917	(3.917)
Reclassificação	181	(40)
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável	-	-
Transf p/bens destinados a venda	(12.972)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.259.154	73
Depreciação acumulada		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(555.547)	-
Depreciação	(145.240)	-
Baixa/alienação	66.187	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-
Transf p/ estoques mantidos para venda	(15.720)	-
Transferências	-	(39)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(650.320)	(39)
Depreciação	(133.033)	-
Baixa/alienação	108.685	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-
Transf p/estoques mantidos para venda	8.726	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(665.942)	(39)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-
Resumo imobilizado líquido		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	776.019	102
Saldo em 31 de dezembro de 2017	593.212	34

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, formas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos. Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de dezembro de 2017 por grupamento:

	7.830
Escoramentos	7.830
Plataformas e manipuladores	9.462
Formas de concretagem reutilizáveis	5
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	264
Máquinas e equipamentos de uso operacional	888
Instalações	545
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10.228
Outros	361
Total	29.583

A depreciação no período, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de dezembro de 2017 a R\$ 130.127 e R\$ 10.729 (31 de dezembro de 2016 R\$ 142.210 e R\$ 11.762), respectivamente. Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 18). As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional. **Revisão da vida útil estimada.** Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para o período findo em 31 de dezembro de 2017. **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos.** A Administração identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Construção e Rental (UGCs) ao longo de 2017, com base no CPC 01, e, dessa forma, efetuou os testes de *impairment* aplicáveis. O valor recuperável desse conjunto de ativos foi determinado com base em projeções econômicas de mercado para determinação do seu valor, pela abordagem de renda, por meio de projeção de fluxo de caixa descontado. Para fundamentação do valor em uso do ágio foi considerado o prazo de dez anos mais perpetuidade, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil, e para fundamentação do valor em uso do ativo imobilizado foi considerado o prazo de dez anos conforme vida útil do ativo. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais Índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), considerando multiplicadores. Para os custos e despesas, o indicador considerado foi o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). Também foi considerada a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 13,1%, obtidos através de metodologia usualmente utilizada pelo mercado, o custo médio ponderado de capital (WACC). Em função desse estudo, a Administração chegou à conclusão de que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos das Unidades de Negócio Construção e Rental, ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

16. Intangível

	31/12/2017	31/12/2016
Custo do intangível bruto		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	49.165	3.156
Aquisição	2.144	77
Alienação	(503)	-
Transferência	1.561	(1.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	52.367	3.156
Aquisição	997	2.445
Alienação	(10)	-
Transferência	-	-
Reclassificação	(1.151)	(2.402)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	52.203	3.156
Amortização acumulada		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(15.535)	(643)
Amortização	(4.879)	(174)
Alienação	503	-
Ajuste crédito PIS e COFINS	(498)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(20.409)	(817)
Amortização	(4.803)	(61)
Alienação	10	-
Ajuste crédito PIS e COFINS	(490)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(25.692)	(878)
Taxas anuais de amortização - %	20	10
Resumo intangível líquido		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.958	2.339
Saldo em 31 de dezembro de 2017	26.511	2.278

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio. O ágio é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado. O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 14.

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano. Os estoques de matérias-primas estão vinculados a processos de industrialização por encomenda para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

10. Estoques - Outros ativos mantidos para venda

Em 6 de agosto de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alienação de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos da unidade de negócios Rental até 31 de dezembro de 2017, cujo valor total represente até 10% (dez por cento) do valor residual contábil do ativo da referida unidade, conforme verificado no balanço da Companhia levantado em 30 de junho de 2015. Foram celebrados os seguintes contratos em dólares dos Estados Unidos para a venda de manipuladores de carga e plataformas aéreas:

Data do contrato	Quantidade	Tipo	de	Cronograma	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
15/03/2017	170	Manipuladores de carga	Abr/2017 a	Abr/2018	24.690	14.038
02/05/2017	30	Plataformas aéreas	Jun/2017 a	Fev/2018	9.780	7.005
05/09/2017	60	Plataformas aéreas	Set/2017 a	Jan/2018	13.564	8.590

Os valores de custo e de depreciação acumulada acima mencionados, foram transferidos do ativo de locação (imobilizado) para estoques - outros ativos mantidos para venda. Com a transferência, a depreciação desses equipamentos foi interrompida. O resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem. Para os contratos firmados em 15 de março de 2017 e 5 de setembro de 2017, a Companhia contratou uma proteção cambial por meio de instrumento derivativo (NDF - *Non Deliverable Forward*), conforme mencionado em nota explicativa 35.3. O Pronunciamento Técnico CPC 16, determina que os estoques sejam mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o que for menor. O valor realizável foi calculado com base no valor total da venda, menos o valor residual dos bens transferidos para o estoque, incluindo as despesas de manutenção e frete interno a serem incorridas. Desta forma, em função dos valores contratados e das despesas previstas para a venda, houve a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor realizável líquido, no montante de R\$ 1.619.

	31/12/2017	31/12/2016
Estoque - Outros ativos mantidos para venda	5.865	-
Provisão para redução ao valor realizável líquido	(1.619)	-
	4.246	-

11. Tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL a compensar (*)	6.531	12.376
PIS e COFINS a compensar (**)	5.599	15.403
ICMS a compensar (***)	1.018	844
Outros	366	383
	13.514	29.006
	13.514	29.006

Circulante (*) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras em 2017, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais da mesma natureza durante o exercício de 2018. (**) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos. A expectativa é que, em sua

	31/12/2017	31/12/2016
Equipamentos de locação e uso operacional		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.499.502	1.431
Aquisição	2.165	115
Baixa/alienação	(102.140)	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(276)	-
Transf p/ estoques mantidos para venda	25.609	-
Transferência	1.479	(1.405)
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.426.339	141
Aquisição	14.422	3.889
Baixa/alienação	(171.137)	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(1.596)	-
Transferência	3.917	(3.917)
Reclassificação	181	(40)
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável	-	-
Transf p/bens destinados a venda	(12.972)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.259.154	73
Equipamentos de locação a immobilizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.431	1.500.933
Aquisição	115	2.280
Baixa/alienação	-	(102.140)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	(276)
Transf p/ estoques mantidos para venda	-	25.609
Transferência	-	74
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	(3.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	141	1.426.480
Aquisição	3.889	18.311
Baixa/alienação	-	(171.137)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	(1.596)
Transferência	-	6.050
Reclassificação	-	3.412
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável	-	3.926
Transf p/bens destinados a venda	-	(12.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	73	1.259.227
Total equipamentos de locação e uso operacional		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.500.933	1.500.933
Aquisição	2.280	2.280
Baixa/alienação	(102.140)	(102.140)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(276)	(276)
Transf p/ estoques mantidos para venda	25.609	25.609
Transferência	74	74
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	(3.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.426.480	1.426.480
Aquisição	18.311	18.311
Baixa/alienação	(171.137)	(171.137)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(1.596)	(1.596)
Transferência	6.050	6.050
Reclassificação	3.412	3.412
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável	3.926	3.926
Transf p/bens destinados a venda	(12.972)	(12,972)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.259.227	1.259.227
Benfeitorias em propriedades de terceiros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	31.297	24.211
Aquisição	107	-
Baixa/alienação	(3.070)	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-
Transf p/ estoques mantidos para venda	-	-
Transferência	24	(73)
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	(3.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	24.432	24.138
Aquisição	562	-
Baixa/alienação	(171.137)	(15.760)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-
Transferência	-	6.050
Reclassificação	-	3.412
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável	-	3.926
Transf p/bens destinados a venda	-	(12,972)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	22.622	24.138
Edifícios e terrenos		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	24.211	24.211
Aquisição	-	-
Baixa/alienação	-	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-
Transferência	-	-
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	24.138	24.138
Aquisição	-	-
Baixa/alienação	-	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-
Transferência	-	-
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	24.138	24.138
Computadores e periféricos		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	16.511	1.437
Aquisição	13	180
Baixa/alienação	(1.333)	(88)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-
Transferência	-	-
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	15.191	1.529
Aquisição	9.317	9.317
Baixa/alienação	-	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-
Transferência	-	-
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	14.934	1.386
Veículos		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	8.711	8.711
Aquisição	-	-
Baixa/alienação	-	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-
Transferência	-	-
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.711	8.711
Aquisição	-	-
Baixa/alienação	-	-
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-
Transferência	-	-
Perdas estimadas p/ valor não recuperável	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.711	8.711
Instalações		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.966	

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.



dores que ocupam cargos operacionais e metas específicas para as áreas. Todos os colaboradores efetivos da Mills com pelo menos 180 dias trabalhados em 2017 são elegíveis. Em função do não atingimento das metas, não houve distribuição de participação nos resultados de 2017. **b. Benefícios pós-emprego.** A Companhia reconheceu pela adoção inicial no exercício de 2017, provisão para benefício pós-emprego, relacionada a plano de assistência médica para ex-empregados. Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2017 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 (CPC 33 R1).

Plano de Assistência Médica - Lei 9.656/98	8.902
Total	8.902
Circulante	963
Não circulante	7.939

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas e financeiras

Taxa de desconto	9,65% a.a. (5,43% real a.a.)
Inflação Médica (HCCTR)	7,12% a.a. (3,00% real a.a.)
Aging Factor	3,00% a.a.
Inflação de longo prazo	4,00% a.a.

Hipóteses biométricas e demográficas

Taxa de desligamento(*)	85% / (TS+1)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Idade de aposentadoria	100% aos 60 anos
Probabilidade de Adesão	10%
Composição familiar antes da aposentadoria/ Probabilidade de casados	90% dos participantes
Composição familiar antes da aposentadoria/ Diferença de idade para os participantes ativos	Homem 4 anos mais velho que a mulher
Composição familiar após a aposentadoria	Composição real do grupo familiar

(*) TS = tempo de serviço. **Análise de sensibilidade.** As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: custos médicos e taxa de desconto. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2017 demonstradas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança de premissa	Diminuição do passivo	Mudança de premissa	Aumento do passivo
Mudança no PBO - HCCTR	de 1,0 p.p aumento	1.958	de 1,0 p.p diminuição	1.517
Mudança na despesa - HCCTR	de 1,0 p.p aumento	273	de 1,0 p.p diminuição	204
Mudança no PBO - Taxa de desconto	de 0,5 p.p aumento	787	de 0,5 p.p diminuição	900
Mudança na despesa - Taxa de desconto	de 0,5 p.p aumento	72	de 0,5 p.p diminuição	61

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data da concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia. A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

Plano 2002:	31/12/2017	31/12/2016
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	106	106
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	106	73
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	422	430
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	166	157
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	487	511
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	369	345
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.326
Número de opções a exercer (milhares)	513	538
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	164	139
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.470	3.739
Número de opções a exercer (milhares)	189	207
Número de opções canceladas (milhares)	71	53
Programa 2016:		
Reserva de capital	1.257	533
Número de opções a exercer (milhares)	1.540	1.700
Número de opções canceladas (milhares)	160	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	51.412	49.383
Efeito no resultado	(2.029)	(4.363)

c. Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O saldo do imposto diferido reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.027, referente à provisão para benefícios pós-emprego. **d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:**

Natureza	Fundamentos para realização
Stock option	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Hedge sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo - Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para perda - processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para devedores duvidosos	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Ágio GP Ándaimes Sul Locadora	Pela alienação/impairment do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/impairment do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Varição cambial ativa e passiva	Pela liquidação financeira
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Debêntures	Pela amortização do custode captação
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realizada provisão
Provisão de Hedge (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão para benefícios pós-emprego	Pela reversão/realização da provisão

(i) A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia, de acordo com as mesmas premissas descritas nas notas explicativas 14 e 15. Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos existentes em 31 de dezembro de 2017:

IR e CSLL diferidos ativos	31/12/2017	31/12/2016
2019	17.865	17.865
2020	17.865	17.865
2021	3.771	3.771
2022	11.377	11.377
2023 a 2025	71.839	71.839
2026 a 2027	37.256	37.256
Total	159.973	159.973

23. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomadas em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente. A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados. Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Tributários (i)	4.834	4.428
Cíveis (ii)	2.051	3.502
Trabalhistas (iii)	11.095	8.392
Honorários de êxito (iv)	2.359	2.795
Honorários de sucumbência (v)	1.025	1.008
Total	21.364	20.125

Riscos inerentes ao benefício pós-emprego. Os Riscos inerentes identificados ao benefício pós-emprego são: (i) Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente; e (ii) Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente. **c. Plano de opção de compra de ações.** A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções em milhares			
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(166)	421
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(369)	487
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(164)	513
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(71)	189
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	-	(160)	1.540

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo. Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração: (i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014. Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender ao exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide Nota nº 21.b). Em 28 de abril de 2016, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração pela aprovação de novo plano de opção de compra de ações da Companhia, nos termos do programa 1/26. Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data da concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

22. Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	2016	2016
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(202.516)	(144.392)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	68.855	49.093
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	(4.720)	(4.109)
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	64.135	44.984
Alíquota efetiva	32%	31%

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias. **b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:**

Descrição	31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2017
Stock options	7.575	690	-	8.265
Ajuste a valor presente	6	-	(6)	-
Hedge sobre imobilizado	(682)	(443)	574	(551)
Provisões de custos e despesas	746	49	(772)	23
Provisão para estoques de giro lento	1.172	139	(790)	521
Provisão para devedores duvidosos	15.157	33.966	(35.731)	13.392
Perdas estimadas por valor não recuperável - Rohr	8.906	-	-	8.906
Ajuste de valor justo - Rohr	(4.710)	6.739	-	2.029
Perdas estimadas por valor não recuperável - Beneficiários em terceiros	1.335	-	(1.335)	-
Arrendamento financeiro	(1.691)	-	1.235	(456)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.843	3.550	(3.130)	7.263
Provisão para perda processo Murilo Pessoa	42	-	(42)	-
Provisão para descontos e cancelamentos	960	2.553	(2.331)	1.182
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	58.790	65.453	-	124.243
Provisão para realização de crédito tributário	30	-	-	30
Tributos com exigibilidade suspensa	633	135	(768)	-
Depreciação acelerada	(3.011)	(753)	-	(3.764)
Ágio GP Ándaimes Sul Locadora	(672)	-	-	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)
Atualização depósito judicial	(1.476)	(294)	121	(1.649)
Varição cambial passiva	283	72	(17)	338
Varição cambial ativa	(169)	(65)	9	(225)
Gratificações a pagar	643	1.418	(1.947)	114
Debêntures	(289)	-	126	(163)
Provisão para benefícios pós-emprego	-	3.027	-	3.027
Perda para redução do valor realizado	-	551	-	551
Provisão de Hedge (venda)	-	248	(242)	6
Total	87.984	117.035	(45.046)	159.973

O saldo do imposto diferido reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.027, referente à provisão para benefícios pós-emprego. **d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:**

Natureza	Fundamentos para realização
Stock option	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Hedge sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo - Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para perda - processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para devedores duvidosos	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Ágio GP Ándaimes Sul Locadora	Pela alienação/impairment do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/impairment do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Varição cambial ativa e passiva	Pela liquidação financeira
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Debêntures	Pela amortização do custode captação
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realizada provisão
Provisão de Hedge (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão para benefícios pós-emprego	Pela reversão/realização da provisão

(i) A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia, de acordo com as mesmas premissas descritas nas notas explicativas 14 e 15. Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos existentes em 31 de dezembro de 2017:

IR e CSLL diferidos ativos	31/12/2017	31/12/2016
2019	17.865	17.865
2020	17.865	17.865
2021	3.771	3.771
2022	11.377	11.377
2023 a 2025	71.839	71.839
2026 a 2027	37.256	37.256
Total	159.973	159.973

24. Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2



em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287, composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777 e a alienação de ações no montante de R\$ 47. **e. Ajuste de avaliação patrimonial.** Refere-se a provisão para benefícios pós-emprego, conforme detalhado na nota explicativa 21.b. **f. Dividendos mínimos obrigatórios.** O Estatuto social da Companhia prevê, após as destinações, a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

27. Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Sociedades por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda. Em função dos resultados apurados nos exercícios de 2017 e 2016, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.

28. Prejuízo por ação

a. Básico. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2017	2016
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(138.381)	(99.408)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	160.540	160.540
Lucro (prejuízo) básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,86)	(0,62)

b. Diluído. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2017	2016
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(138.381)	(99.408)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	160.540	160.540
Lucro (prejuízo) diluído por ação provenientes das operações continuadas	(0,86)	(0,62)

As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de dezembro de 2017 por conta de as ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

29. Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	31/12/2017	31/12/2016
Locação	293.701	399.063
Vendas de novos	9.919	13.794
Venda de seminovos	38.920	45.514
Assistência técnica	10.107	15.418
Indenizações	12.569	22.976
Outros (i)	5.405	8.741
Total receita bruta	370.621	505.506
Impostos sobre vendas e serviços	(27.151)	(36.106)
Cancelamentos e descontos	(52.205)	(72.783)
Total receita líquida	291.265	396.617

(i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

30. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com (i) pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas; (ii) fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos; (iii) aluguel de equipamentos de terceiros; (iv) gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estoque, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPLs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojetadoras, talhas e ferramentas em geral); (v) provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável; As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do backoffice administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de stock options, provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

Natureza	2017		2016		Total
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	
Pessoal	(60.409)	(61.350)	(121.759)	(64.152)	(71.040)
Terceiros	(2.009)	(22.200)	(24.209)	(5.954)	(25.473)
Frete	(13.807)	(6.551)	(20.358)	(8.556)	(4.582)
Material construção/manutenção e reparo	(35.327)	(4.945)	(40.272)	(37.537)	(4.036)
Aluguel de equipamentos e outros	(3.774)	(18.326)	(22.100)	(4.850)	(16.256)
Viagem	(1.715)	(3.733)	(5.448)	(1.737)	(4.203)
Custo das mercadorias	-	-	-	-	-
Vendas	(4.158)	-	(4.158)	(5.692)	-
Depreciação/Amortização	(130.127)	(15.593)	(145.720)	(142.210)	(16.815)
Baixa de ativos	(37.460)	-	(37.460)	(41.076)	-
Provisão para devedores duvidosos (PDD)	-	(10.598)	(10.598)	-	(21.217)
Plano de opção de compra de ações	-	(2.029)	(2.029)	-	(4.363)
Provisões	-	(2.322)	(2.322)	-	(3.107)
Outros	(1.172)	(20.942)	(22.114)	(1.859)	(22.386)
Total	(289.958)	(168.589)	(458.547)	(313.623)	(193.478)

31. Perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo

A Companhia registrou provisão por perdas estimadas por valor não recuperável, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	2017	2016
Beneficentários em terceiros (i)	(3.926)	(3.926)
Reversão pela contabilização da baixa efetiva (i)	3.926	-
Ajuste a valor justo investimento Rohr (ii)	(5.966)	-
	(5.966)	(3.926)

(i) O saldo inicial refere-se à provisão constituída em 31 de dezembro de 2016, em virtude do projeto de desmobilização da Unidade de Negócio Construção das filiais Campinas e Ribeirão Preto, e da mudança da filial de Osasco, que não se realizaram no prazo contratual inicialmente esperado. A desmobilização das filiais Campinas e Ribeirão Preto foi concluída no segundo trimestre de 2017 e a entrega do imóvel da filial Osasco foi concluída no terceiro trimestre de 2017, razão pela qual o saldo da provisão foi revertido em sua totalidade. (ii) O saldo refere-se à provisão de ajuste a valor justo do investimento Rohr constituída em 31 de dezembro de 2017, vide nota explicativa 14.b.

32. Outras receitas (despesas) operacionais

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2017, as vendas de sucatas do imobilizado de locação da Unidade de Negócio Construção, em linha com a estratégia da Companhia de redimensionamento dos equipamentos de edificações leves e desmobilização das filiais, apresentou os seguintes resultados:

	2017	2016
Receita das vendas	5.017	1.915
Custo das baixas	(24.655)	(5.627)
Resultado líquido	(19.638)	(3.712)
Quantidade vendida em toneladas	12.145	5.668

33. Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
a. Receitas financeiras	-	1.819
Juros sobre capital próprio (investimento na Rohr)	-	1.819
Juros recebidos	3.370	8.013
Receitas de aplicações financeiras	27.356	44.329
Descontos obtidos	61	189
Variações cambiais e monetárias ativas	1.046	1.154
Outras	15	36
	31.848	55.540

	2017	2016
b. Despesas financeiras	(1.395)	(1.852)
Juros - empréstimos	(2.268)	(5.049)
Variações cambiais e monetárias passivas	(38.855)	(70.053)
Juros - debêntures	(305)	(1.260)
Comissões e tarifas bancárias	(7)	(17)
IOF	(2.574)	(3.579)
Outras	(45.404)	(81.810)

34. Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22-Informações por segmento (IFRS 8). Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado,

pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios. Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item. Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura. **Unidade de negócio Construção.** A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispoñdo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem. **Unidade de negócio Rental.** A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Ativo por segmento de negócio	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Imobilizado								
Custo de aquisição	671.098	787.095	672.361	725.012	-	-	1.343.459	1.512.107
(-) Depreciação acumulada	(374.728)	(390.716)	(329.042)	(300.199)	-	-	(703.770)	(690.915)
	296.370	396.379	343.319	424.813	-	-	639.689	821.192
Outros ativos	252.861	326.766	275.320	264.115	55.706	98.674	583.887	689.555
Ativo total	549.231	723.145	618.639	688.928	55.706	98.674	1.223.576	1.510.747

(*) Trata-se de operações remanescentes da antiga unidade de negócio Serviços Industriais - SI, do valor do investimento da Rohr das vendas das investidas Serviços Industriais - SI e Eventos.

35. Instrumentos financeiros

35.1. Categoria de instrumentos financeiros. A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	
	31/12/2017	31/12/2016

Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado

Caixa e equivalentes de caixa	67.826	330.682
-------------------------------	--------	---------

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativo disponível para venda - Investimento Rohr	55.234	75.052
---	--------	--------

Empréstimos e recebíveis

Contas a receber de clientes	56.757	65.834
Outras contas a receber - Venda investida	-	22.558

Depósitos bancários vinculados

	150.519	-
--	---------	---

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Empréstimos e financiamentos	8.870	11.965
Debêntures	290.505	438.123
Contas a pagar a fornecedores	16.898	13.058
Planos de opções de ações	51.412	49.383

35.2. Valor justo dos instrumentos financeiros. Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). • A Companhia possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado. **a. Valor justo.** Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos. **b. Valor justo do contas a receber e dos fornecedores.** O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial. Os valores justos dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis. **c. Valor justo dos empréstimos e financiamentos.** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. Não foi calculado o valor justo dos empréstimos via BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função de o BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos. **Empréstimos, financiamentos e debêntures**

	Indi-	Valor justo	Valor contábil	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016

2ª emissão de debêntures:

1ª Série	CDI	-	76.925	-	84.809
----------	-----	---	--------	---	--------

2ª Série	IPCA	154.601	137.371	156.811	151.721
----------	------	---------	---------	---------	---------

3ª emissão de debêntures	CDI	122.123	165.260	134.175	202.443
--------------------------	-----	---------	---------	---------	---------

d. Valor justo das opções de compra de ações. O valor justo das opções de compra das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se o modelo Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. **e. Derivativos.** O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração. O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e no vencimento de cada contrato e utilizando-se de taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado. **f. Valor justo do ativo disponível para venda - Investimento Rohr.** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui um investimento avaliado ao valor justo como ativo disponível para venda - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 55.234 (R\$ 75.052 em 31 de dezembro 2016), conforme apresentado na nota explicativa 14. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

35.3. Instrumentos financeiros derivativos

Contratos em aberto	Taxa de câmbio média		Moeda estrangeira		Valor nacional		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Hedge de fluxo de caixa			US\$ mil		R\$ mil		R\$ mil	
Menos de três meses	3,32	-	1.399	-	4.641	-	-	-
De três a seis meses	3,33	-	265	-	882	-	-	-
Total			1.664	-	5.523	-	-	-

Os instrumentos derivativos contratados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 referem-se a NDFs sobre a exportação de equipamentos conforme descrito na nota explicativa 10. A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

36. Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de R\$ 1.284.333 (31 de dezembro de 2016, R\$ 1.357.960), R\$ 631.625 (31 de dezembro de 2016, R\$ 554.453) para danos patrimoniais e R\$ 110.500 (31 de dezembro de 2016, R\$ 110.000) para responsabilidade civil, considerados suficientes pela Administração para cobertura de seus riscos operacionais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andres Cristian Nacht - Presidente - Elio Demier - Vice-presidente -
Francisca Kjellerup Nacht - Conselheira titular - Fabio Bruggioni - Conselheiro independente
Aymar Ferreira de Almeida Júnior - Conselheiro independente - Roberto Pedote - Conselheiro independente

CONSELHO FISCAL

Eduardo Botelho Kiralyhegy - Presidente
Marcus Vinicius Dias Severini - Conselheiro
Ana Maria Siqueira Dantas - Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Sérgio Karya - Presidente
Avelino Pinto da Silva Garzoni - Diretor - Ricardo de Araújo Gusmão - Diretor
Gustavo Artur Ciocca Zeno - Diretor-administrativo-financeiro e de RI

RESPONSÁVEL TÉCNICO CONTÁBIL

Sebastião Dantas Ramos - Contador CRC RJ-050305/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 09 de março de 2018, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, e com base nos exames efetuados e no parecer, sem quaisquer ressalvas, dos Auditores Independentes relativo a tais Demonstrações Financeiras, emitido em 09 de março de 2018, e, ainda, nas informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia ao longo do exercício, os membros do presente órgão decidiram, por unanimidade, opinar favoravelmente acerca

dos documentos referentes ao exercício de 2017, mencionados anteriormente, sem qualquer ressalva ou restrição, indicando seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para os devidos fins de direito. Rio de Janeiro, 09 de março de 2018.

Membros do Conselho Fiscal:

Marcus Vinicius Dias Severini, Ana Maria Siqueira Dantas e Eduardo Botelho Kiralyhegy

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2017. Rio de Janeiro 9 de março de 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIRE



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

do fluxo de caixa descontado e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas. Comparamos se o valor apurado como resultado do fluxo de caixa descontado do ativo foi devidamente contabilizado como valor justo desse ativo financeiro em 31 de dezembro de 2017. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do valor justo desse ativo financeiro, os quais foram registrados e divulgados pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor justo desse investimento, classificado como um ativo financeiro disponível para venda, e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

3 - Impostos diferidos ativos. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (vi) e 22 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria.** A Companhia reconhece os impostos diferidos ativos com base na existência de probabilidade razoável de que gerará lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos ativos diferidos e o fato de a Companhia exercer um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em projeção de receita, custos e resultado financeiro, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável. Adicionalmente, envolvemos os nossos especialistas em finanças corporativas, que nos auxiliaram na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia, e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas tais como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade na projeção de receita e custos. Comparamos o orçamento aprovado para o exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros. Comparamos ainda o resultado esperado de lucro tributável futuro e o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.

4 - Reconhecimento de receita de locação. Conforme mencionados nas Notas Explicativas nºs 2.2 (xvii) e 29 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria.

A Companhia possui receitas referentes à prestação de serviços, venda de mercadorias e locação de ativos, sendo a sua principal fonte de receita a locação de ativos. A receita de locação é reconhecida *pro rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos. Este processo envolve julgamento na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte e, portanto, quando a receita deve ser reconhecida. Por essa razão e por sua relevância no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Obtivemos o entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento de receita de locação, avaliando o desenho dos controles internos, e testamos com base em amostragem a efetividade dos controles chave para o processo dessa área. Realizamos teste de detalhe em uma amostragem selecionada com base na composição da receita, avaliando sua existência por meio de análise da documentação suporte, como contratos, faturas e documentos de medição de serviços. Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita referentes às vendas realizadas próximas da data de encerramento do exercício social (teste de "corte" da receita). Nosso trabalho incluiu a análise da documentação suporte principalmente quanto à medição de serviços. Efetuamos também procedimentos analíticos para identificar variações significativas, tendência dos saldos e análises de exceções se encontradas. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajustes que afetam a mensuração e a divulgação da receita com locação de ativos os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita de locação e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos. Demonstrações do valor adicionado. As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras. A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando e divulgando os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.